

A FAMÍLIA E O PAPEL CENTRAL DAS EMOÇÕES, CRENÇAS E VALORES PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E AOS PRECONCEITOS

Sergio Fernandes Senna Pires

Doutor em Psicologia

<https://lattes.cnpq.br/1997027402860999>

sergio.senna@camara.leg.br

RESUMO: Este estudo teórico aborda a essencialidade da família em proporcionar apoio ao aprendizado e ao desenvolvimento humano. Através de trocas simbólicas, estabelecem-se laços afetivos, os significados compartilhados e as identidades individuais e coletivas. No entanto, a dinâmica familiar enfrenta desafios contemporâneos, como a aceleração social. Isso pode afetar a qualidade do tempo em família, levando ao distanciamento emocional e a situações de violência, como negligência e violência doméstica. Apresentamos como a interação com sistemas cibernéticos digitais também altera a comunicação e os relacionamentos, podendo resultar em isolamento emocional e diminuição da interação face a face. Concluimos que a família pode tanto perpetuar preconceitos através da orientação a estereótipos, quanto mitigá-los, promovendo um ambiente de diálogo, aprendizado, respeito à diversidade e empatia. Para superar os desafios apontados, recomendamos o fortalecimento da comunicação familiar, o estabelecimento de limites para o uso de tecnologias e a promoção de valores de igualdade e respeito. Essas são

formas pelas quais a família pode continuar desempenhando seu papel fundamental no desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Família e violência na escola; Enfrentamento à violência na escola; crenças e valores na família; trocas simbólicas na família.

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo vamos tratar da família, da escola e de suas relações com a violência e o seu enfrentamento sob o ponto de vista das trocas simbólicas que ocorrem nesses ambientes e que orientam as nossas decisões e, em última análise, os nossos comportamentos. O objetivo principal é apresentar elementos teóricos que possam cooperar para a **compreensão** sobre como a **violência** e os **preconceitos** se estabelecem e transitam entre as escolas e as famílias.

Nesse contexto, vamos descrever, de forma sumária, como esses processos de trocas simbólicas ocorrem na família e na escola. Apresentaremos a argumentação de que a mesma dinâmica de estabelecimento da violência e dos preconceitos pode ser usada para **desconstruir** tais **realidades**. Mostraremos que a violência e os preconceitos são **processos reversíveis**. Para tanto, apresentaremos o que existe de mais recente no campo da pesquisa científica em Psicologia acerca da compreensão sobre como as **crenças, valores e emoções** podem dar sustentação tanto à promoção de comportamentos violentos, quanto ao seu enfrentamento nos ambientes escolares e familiares.

2 VIOLÊNCIA E PRECONCEITO

Iniciamos essa caminhada pela explicação sobre nossa compreensão acerca da violência. Existem diversas definições para esse fenômeno. Uma boa parte delas segue a **lógica da adjetivação**. Justapõem-se adjetivos tais como: familiar, psicológica, simbólica, econômica, sexual, entre outras, alongando tal lista ao limite dos adjetivos disponíveis em determinado idioma.

Essa abordagem tem se mostrado bastante **produtiva** no campo das **ciências jurídicas**, devido ao fato de que auxilia na definição dos tipos penais, tão necessários ao regramento legislativo do Direito Penal. Mostra-se muito produtiva, também, no campo da atenção clínica, na qual se necessita especificidade para a elaboração de estratégias terapêuticas para lidar com os danos causados às vítimas.

Entretanto, no que diz respeito ao enfrentamento à violência como fenômeno, essa forma de compreensão do fenômeno não tem mostrado o mesmo desempenho. Tal afirmação se sustenta a partir da observação da complexidade que a elaboração de dezenas de estratégias necessárias para atender a cada tipo específico de violência.

A partir de nossa observação durante nossas pesquisas (PIRES, 2007, 2023c; PIRES; BRANCO, 2007, 2008, 2012, 2023a, 2023b), concluímos que um olhar sobre o que todos os tipos de violência têm em comum também seria produtivo, permitindo a elaboração de estratégias mais simplificadas e gerais o suficiente para dar **escala** a uma **metodologia de enfrentamento** que poderia ter uma parte **padronizada**, deixando-se espaço suficiente para a **personalização**, segundo as peculiaridades dos sujeitos, dos ambientes onde fossem empregadas e, aí sim, segundo os tipos específicos para ao qual o enfrentamento se refere.

Tal **elemento comum** é o processo **decisório humano**. Salvo raros e bem conhecidos casos, o emprego de meios violentos é **resultado da decisão de agir dessa forma**. Então, para alterar esse cenário, devemos investir no estudo do processo decisório, nas **crenças, valores e emoções que o orientam**. Devemos, também, elaborar estratégias de enfrentamento que superem os desafios de **desenvolver autonomia, distanciamento e agência** (PIRES; BRANCO, 2008, 2023a) para que os sujeitos desenvolvam a suas capacidades de avaliar seus próprios comportamentos e, então, decidam resolver as tensões do convívio humano de forma pacífica.

Sob esse ponto de vista, definimos violência como:
qualquer comportamento usado por indivíduos, grupos ou sistemas cibernéticos digitais para, assimetricamente, impor suas decisões ou desejos sobre os outros, ignorando qualquer tipo de normas ou valores universais e, potencialmente, causar dano (PIRES, 2023a, p. 8031)

Mas o que são crenças e valores? São elementos afetivo-simbólicos que orientam o nosso processo decisório (BRANCO, 2018; PIRES; BRANCO, 2023a, 2023b). Estão fortemente entrelaçados na dimensão afetiva, o que os distingue dos demais elementos linguístico-simbólicos operados pelos seres humanos a partir de nossas linguagens. A diferença entre as crenças e valores é que esses últimos estão mais profundamente entranhados nas emoções, o que os faz bastante resistente à mudança e os coloca na posição central para orientar as nossas decisões. O papel

das emoções, nesse contexto, é servir como elemento que altera a valência na interação e na comparação entre as diversas crenças e valores que competem entre si antes da decisão humana.

Outro aspecto importante reside no fato de que tanto as crenças quanto os valores não precisam, necessariamente, possuírem apoio na realidade para realizarem o processo de orientação do processo decisório. Isso serve de explicação para a internalização das crenças e valores mais bizarros, que estão na raiz dos comportamentos preconceituosos.

Sob essa ótica, preconceitos podem ser encarados como unidades racionais-emocionais, formadas por premissas ou sistemas de premissas que definem os objetos do preconceito e por emoções que orientam os comportamentos (PIRES, 2024).

3 O QUE É FAMÍLIA E COMO APRENDEMOS NESSE AMBIENTE?

O termo família vem sendo definido de diversas formas ao longo do tempo (MIOTO, 2020; MIRIM, 2019; DA SILVA et al., 2019). Em nossa argumentação vamos adotar o ponto de vista de Wieczorkiewicz e Baade (2020) que, articulando algumas definições de família e aspectos de suas funcionalidades, sugerem que a família é um grupo de pessoas que se relacionam afetivamente, compartilham espaços e têm responsabilidades mútuas de cuidado, apoio e proteção.

Uma boa parte das definições de outros autores (DE OLIVEIRA JÚNIOR; FERREIRA; COIMBRA, 2016; SARAIVA-JUNGES; WAGNER, 2016.) se orienta nessa mesma direção, diferindo apenas no nível de detalhamento acerca dos tipos de compromisso, aspectos geracionais ou de sua configuração, por exemplo. Qual é, então, um elemento central que encontramos nessa definição? É a dimensão emocional que vem sublinhada nos termos: “afetivamente”, “cuidado”, “apoio” e “proteção”.

Esses laços afetivos fazem a **aprendizagem** na família algo **muíto poderoso**. Quando nascemos, já existe um conjunto simbólico de significados no qual somos mergulhados e que servirá de fonte para o nosso conjunto pessoal e personalizado dos mesmos elementos. Aprendemos pelo menos um idioma que fornecerá um conjunto de operadores pelos quais o pensamento verbal se torna possível. Com o passar do tempo, pensamento e linguagem se entrelaçam e pensar significa pensar em uma ou mais linguagens (VALSINER, 2014, 2021; VALSINER; VAN DER VEER, 2000; VIGOTSKI, 1934/2001). Esse tema foi inicialmente

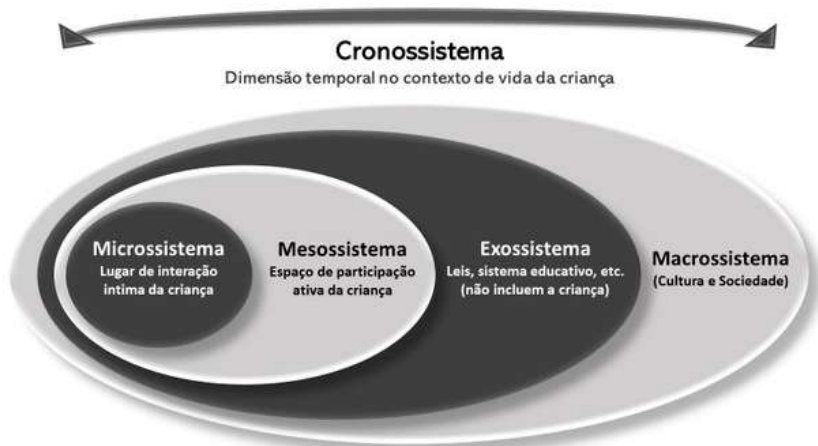
aprofundado na Antropologia (BOAS, 1940; KOEBER, 1932; GEERTZ, 1978) e rapidamente adotado por outras ciências.

Na Psicologia, resultou em diversas teorias que abordaram, de forma sistêmica, como esse conjunto simbólico permite a ocorrência dos processos de transmissão simbólica entre os seres humanos, por meio de internalizações e externalizações (BRONFENBRENNER, 1986, 1992; VALSINER, 2012, 2014, 2018) e como se dão em nível social e pessoal (PIRES; BRANCO, 2023a).

Recentemente, essa abordagem sistêmica foi nomeada de “ecossistemas culturais” (XU, WU, LI, 2021). Sob essa ótica, nenhum sujeito ou grupo pode ser compreendido de forma apartada dos seus sistemas. Existem, portanto, níveis de análise acerca das interações que mantemos dentro dos ecossistemas culturais dos quais participamos.

Para exemplificar, mencionamos uma das teorias mais produtivas que foi proposta por Bronfenbrenner (1986, 1992) nas décadas de 80 e 90 e organiza o ecossistema cultural, conforme a figura abaixo, proposta por Moreno et al. (2020, p. 690) e aplicada ao contexto das pessoas com deficiência:

Figura 1 – Cronossistema



Como podemos ver, a família, segundo esse olhar, está inserida no **microssistema ecológico** de cada sujeito, juntamente com a escola e outros **grupos importantes** para determinada pessoa. Tal proximidade nos indica a relevância dos laços afetivos desses grupos nas trocas simbólicas que ali ocorrem. Mais adiante, quando tratarmos da internalização das crenças e valores, esse aspecto será retomado para o seu detalhamento.

A família é, de forma geral, o contexto nos quais as trocas simbólicas se revestem das **emoções mais significativas** durante os primeiros anos da existência de um ser humano. Pelo menos deveria ser. Nesse contexto, é necessário alertar que, nos ecossistemas culturais, **não existe** nada totalmente **garantido**, sempre **estável** e **regular**. As famílias brasileiras são muito diferentes entre si. Tanto as pesquisas científicas (LOBO; CARDOSO, 2021; MIOTO, 2020; MIRIM, 2019), quanto a nossa experiência pessoal apontam na mesma direção. Quem nunca visitou uma família e percebeu diferenças culturais e comportamentais significativas em relação a sua?

Destacar esse aspecto é importante para a compreensão de que, em um mesmo país temos diversas configurações de grupos sociais que operam trocas simbólicas de naturezas diversas e que tanto podem ser difusores de crenças e valores prossociais, quanto desse mesmo conjunto simbólico na direção oposta. É relevante, também, enfatizar que esse processo de trocas simbólicas, não necessariamente ocorre de forma sistemática, necessitando do desenvolvimento da **agência**, do **distanciamento** e da **autonomia** para que cada sujeito obtenha visibilidade e consciência sobre o conjunto simbólico que está internalizando (PIRES, 2023b). Vamos refletir, considerando o exemplo hipotético a seguir.

Um adolescente de nome Francisco frequenta uma escola na qual se prepara os alunos para o vestibular. O professor de matemática tem como prática orientar a turma no sentido de alertá-los de que o colega ao lado é seu concorrente. Esse profissional, na sala dos professores, revela aos seus colegas que o faz para estimular a competição e, segundo a sua ótica, motivar os alunos a estudarem ainda mais. Francisco, ao escutar essa orientação discorda, pois se sente desconfortável em perceber os seus amigos como meros concorrentes. Comenta, entre eles, que não consegue vê-los nesse papel de adversários e que podem contar com a sua ajuda para qualquer dúvida que tenham na matéria, pois tem muita facilidade com o conteúdo ministrado por aquele professor.

Façamos uma breve análise da vinheta. Ao argumentar sobre a concorrência em relação ao vestibular, o professor acredita estar colaborando para a motivação dos alunos, por meio da promoção da concorrência. Independentemente de sua boa intenção, os processos de interpretação e de internalização das orientações recebidas serão muito distintos em cada aluno.

Isso ocorre devido à diversidade de crenças e valores já internalizados por cada um deles, em suas trajetórias de vida, até o presente. Francisco, orientado por seus valores de colaboração e de lealdade para com os amigos, resiste à sugestão de interpretá-los como adversários. Isso é por ele comuni-

cado quando menciona que “sente-se mal com ideia”. Isso destaca a **dimensão emocional** que, no caso, cria uma **oposição** entre a **amizade, lealdade, cooperação** e a disposição de ajudar os seus amigos e passar a **considerá-los concorrentes** e começar a reter informação. Essa tensão foi resolvida, no processo decisório de Francisco, ao decidir resistir à orientação do professor em trata os seus amigos como concorrentes. Então, a despeito da orientação recebida, Francisco seguirá sendo fiel e ajudando os seus amigos.

A seguir vamos apresentar os processos de internalização e externalização das crenças, valores e emoções, momento em que novos elementos podem ser acrescentados ao presente exemplo.

4 COMO OCORREM AS TROCAS SIMBÓLICAS NA FAMÍLIA?

Vamos detalhar os processos que iniciamos a descrever no tópico anterior. Trataremos sobre como as crenças, os valores e as emoções estão relacionados e como são internalizados e externalizados. Nosso propósito é explicitar como as emoções são eliciadas na família e como esse conjunto simbólico-afetivo orienta os nossos comportamentos.

Como brevemente explicamos na introdução, as nossas crenças e valores são elementos simbólicos que servem como critérios que, uma vez entrelaçados com as nossas emoções, governam e orientam o processo decisório humano. A diferença entre as crenças e os valores é que estes estão profundamente entranhados na dimensão afetiva, o que os torna bastante resistentes à mudança (PIRES; BRANCO, 2023a, 2023b).

Aspecto importante é que, tanto as crenças quanto os valores, por estarem apoiados no processo emocional, não precisam ter, necessariamente, qualquer relação com a realidade ou com a verdade. Esse processo pode dar origem às mais bizarras crenças como, por exemplo, a de supremacia de um grupo cultural sobre outro, ou da inferioridade de um grupo de indivíduos por critérios raciais.

Para a formação de crenças e valores e para que elas passem a orientar as decisões e comportamentos humanos não são necessários quaisquer tipos de evidências. Entretanto, esse conjunto simbólico também pode ser internalizado a partir de evidências, o que nos serve de exemplo sobre a diversidade de fontes que podem sustentar o desenvolvimento moral humano (PIRES, 2007).

A internalização do conteúdo simbólico é o processo pelo qual cada sujeito constrói uma versão do que lhe apresentado e sugerido nos grupos culturais pelos quais transita. Devido ao **forte laço afetivo** que

existe entre os membros de uma família, as crenças e valores familiares têm maior probabilidade de restarem mais **profundamente entrelaçados** com as experiências emocionais mais significativas para cada um de nós. Nisso reside o papel fundamental da família na centralidade das emoções nos processos de internalização e na formação de um conjunto especial de critérios a serem utilizados para guiar nossas decisões.

Como dissemos anteriormente, o processo de internalização **não é uma cópia** do conteúdo simbólico social para o âmbito intrapsicológico. O que ocorre é a construção de **versões pessoais** ao interagir com outros conteúdos já internalizados, nossa percepção, nossas emoções e as operações que nossos pensamentos são capazes de realizar nesse conteúdo (VALSINER, 2012, 2021).

Esse processo é tão **poderoso** e diversificado que pode dar origem a um conjunto de crenças e valores **totalmente distintos** do que está sendo promovido. Isso serve de explicação para o fenômeno, observado em famílias, de que pessoas submetidas aos mesmos ambientes, crenças e valores podem ser completamente diferentes e orientarem-se por valores distintos e até mesmo contrários aos manifestos pela família (PIRES; BRANCO, 2023a).

Então, existe certa liberdade na construção desse conteúdo simbólico que orienta no nosso processo decisório e, em última análise, os nossos comportamentos. O mais importante é que esse processo nos mostra que **não há uma determinação do social sobre o indivíduo**, que preserva sua autonomia para agir de acordo com suas próprias crenças e valores, obviamente tendo que **renunciar** a muitas coisas oferecidas pelo social. Essa sólida formulação teórica nos mostra que, mesmo em ambientes adversos, o indivíduo pode preservar a sua moralidade prossocial ou em um ambiente democrático e acolhedor, decidir por adotar uma orientação disruptiva.

5 O QUE DIZER SOBRE A EXPRESSÃO “FAMÍLIA DESESTRUTURADA”?

Dentro do enquadramento teórico que orienta a nossa argumentação, a análise da expressão “família desestruturada” indica que ela é bastante polêmica e controversa, pois pode carregar consigo estigmas e preconceitos em relação a formas de organização familiar que fogem ao padrão tradicional de família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, conforme argumentam Gonçalves e Eggert (2019).

As autoras explicam que, de forma geral, a expressão “família desestruturada” é utilizada para se referir a famílias que apresentam

problemas e dificuldades na convivência e na relação entre seus membros, tais como: violência doméstica, abuso de substâncias psicoativas, abandono de crianças, conflitos conjugais, entre outras situações que geram desequilíbrio e instabilidade emocional no ambiente familiar.

No entanto, é importante ressaltar que essa expressão não é a mais adequada para se referir a essas famílias, pois pode carregar um julgamento moral e uma visão estereotipada de que as famílias que não se enquadram no modelo tradicional são problemáticas e inferiores. Cada família possui sua própria dinâmica e enfrenta seus próprios desafios, e é preciso evitar generalizações e estigmas que possam levar a preconceitos e discriminações.

Muitas famílias residem em condições precárias e em territórios extremamente desorganizados, não raras vezes controlados por perversas organizações criminosas. Muitos pais têm que sair muito cedo para trabalhar e, depois de longas horas de atividades, enfrentam deslocamentos em transportes coletivos lotados e em precárias condições. Motivados pela necessidade de prover o sustento para suas famílias, deixam os seus lares antes mesmo das crianças acordarem e quando chegam, tarde da noite, não raras vezes, elas já estão dormindo.

Nesses contextos, nos parece injusto e até cruel atribuir a “famílias desestruturadas” a responsabilidade pelo comportamento agressivo de seus membros. Tal agressividade pode advir até mesmo das elaborações simbólicas sobre o abandono social e a inacessibilidade às mais básicas políticas públicas ou a elementos de sobrevivência como água tratada, coleta de esgoto ou acesso à saúde. Então, assim como o comportamento, em geral, é multideterminado, a violência e a agressividade também o são, pois são comportamentos e não é possível atribuir uma única causa ou razão para a sua ocorrência.

Além disso, mais de 50% das famílias brasileiras são lideradas apenas por mulheres, pelo que a expressão “famílias desestruturadas” seria uma referência, deslegante, ofensiva e até perversa em relação às essas brasileiras que, não raras vezes, trabalham sozinhas, sem a ajuda dos pais de suas crianças, para o sustento e para a devida educação de sua prole.

Tal estudo está inserido no contexto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com os dados da PNAD Contínua de 2021, mais de 50% das famílias brasileiras têm mulheres como chefes de família. Essa pesquisa revela uma mudança significativa na estrutura familiar, refletindo a crescente presença e participação das mulheres no mercado de trabalho e no sustento de suas famílias. Muitas mulheres as-

sumem o papel de chefia familiar devido a diversos fatores, como divórcio, separação, viuvez ou mesmo pela escolha de serem mães solteiras.

Essa tendência evidencia a importância das mulheres como provedoras e gestoras das famílias, demonstrando sua capacidade de enfrentar os desafios e assumir múltiplos papéis na sociedade contemporânea. No entanto, é fundamental destacar que essa realidade também pode refletir as desigualdades de gênero presentes na sociedade, que colocam uma carga adicional sobre as mulheres, tanto em termos de responsabilidades quanto de desigualdade salarial (DE OLIVEIRA COSTA; MARRA, 2013; VISINTIN; AIELLO-VAISENBERG, 2017).

Então, considerando tudo isso, nossa argumentação se direciona a explicitar a centralidade da família, independentemente de sua configuração, como o ambiente do ecossistema cultural que está mais próximo de cada sujeito e em reafirmar que a responsabilidade pela construção simbólica é, em parte social, em parte individual, o que destaca a responsabilidade que cada um de nós tem nesses processos. Somos ativos na construção de um conjunto pessoal de crenças e valores que passará a orientar os processos perceptivos, emocionais e decisórios (PIRES; BRANCO, 2023a, 2023b). Essa construção simbólico-normativa se dá a partir de fontes, e a família, apesar de importante, não é a única. Isso serve de explicação para o caso em que se tem uma “família estruturada”, nos moldes tradicionais, mas a criança ou o adolescente age em desacordo com as suas orientações ou até de forma agressiva.

Por isso é tão relevante compreender o processo decisório pela ótica da internalização de crenças e valores, considerando a capacidade de **agência** e a **autonomia** de cada um de nós sobre os nossos comportamentos. Mesmo uma criança ou adolescente cumpre esse ciclo de aprendizagem e dispõem dessas capacidades. O que ocorre de diferente em relação aos adultos, é que a sua quantidade de experiências na trajetória de vida é bem menor, assim como o conteúdo cognitivo que serve de suporte para as reflexões e, conseqüentemente, contribui de forma diferente para a modificação das versões pessoais do conteúdo simbólico internalizado. O próprio entrelaçamento do conteúdo cognitivo com os processos emocionais também sofre um processo de maturação ao longo do tempo, conforme cada um de nós vai experimentando o poder (des)motivador das emoções, uma de suas funções (BARRET, 2021).

Nesse contexto, existem aspectos que são individuais e outros que são coletivos. No âmbito coletivo, enfocando sobre como uma família se compara com outra, refletimos sobre o conteúdo de outro estudo, reali-

zado por pesquisadoras da Universidade Federal de Santa Catarina, no qual Cardoso et al. (2020) analisaram 14 pesquisas anteriores, buscando as representações sociais sobre como as pessoas se posicionam sobre a sua própria família e acerca da família dos outros. Em suas conclusões, destacam que existe um padrão de diferenciação importante, com defesas e atribuições positivas à “minha família” e críticas à “família do outro”.

Essa diferença de posições ocorre, pois utilizamos o referencial próprio para analisar a situação do outro social. Esse tipo de olhar também sofre um viés geracional. Sobre isso, as autoras destacam que, para os idosos, a família representa o cuidar que se ampara nos significados de **proteção e educação**. Por outro lado, para as crianças, assim para outros estudantes, o cuidado está associado às **funções de provimento** tais como moradia, sustento e carinho.

Elas também analisaram uma categoria em que foram englobadas as representações de crítica à família “dos outros”:

Nessa categoria foram evidenciadas a responsabilização e a culpabilização (subcategoria) das famílias pela falta de cuidado e proteção de seus membros. A responsabilização vai ao encontro da culpabilização, afinal, se é responsabilidade da família cuidar dos seus descendentes, o não cuidado também é sua culpa, o que reforça a cobrança perante a família. Os resultados evidenciaram que os profissionais acabam sendo muito críticos em relação à família do outro, **colocando** a mesma num lugar de **determinismo** sobre os indivíduos, diminuindo a capacidade individual e a influência das instituições sociais e do Estado sobre os membros do grupo familiar. As famílias que não exercem tais funções são “desestruturadas” (subcategoria), como foi evidenciado na pesquisa. Esse passa a ser um conceito pejorativo e associado, dentre outros, à pobreza. (CARDOSO, 2020, p. 41, grifo nosso)

Coerente com tudo que expusemos, entendemos que existem diversos outros elementos mais relevantes e mais diretamente relacionados com o aumento da violência no público infantojuvenil do que uma afirmação genérica sobre uma “família desestruturada”. O processo de internalização do conjunto simbólico que orienta as nossas decisões provém de diversas fontes entre as quais está a família. Então, cada um de nós está sujeito a uma grande variedade de orientações para crenças, valores e objetivos, restando muito difícil saber, de forma padronizada, a qual dessas fontes iremos responder prioritariamente.

Encerramos a seção com um exemplo. Considere uma família hipotética composta por um casal e um filho. Os amigos de Luisa e Rafael os consideram um casal que se ama. Nos vinte anos de relacionamento, a fidelidade conjugal nunca foi um problema para eles, tamanho é o amor que um sente pelo outro. Fruto desse amor nasceu Felipe, um adolescente que segue as orientações dos seus pais. Nunca se testemunhou grandes discussões entre os três, fora aquelas que ocorrem para aparar certas arestas que ocorrem por causa das preferências pessoais diante da necessidade de atender a todos os membros da família. Tampouco se vê expressões de violência entre eles. Luisa, a despeito de ter sua própria trajetória profissional, se orgulha muito das conquistas de seu marido, um empresário de muito sucesso.

Igualmente orgulhoso, Rafael comanda uma das facções criminosas mais bem organizada, lucrativa e perigosa de uma grande cidade brasileira. É procurado pelo homicídio de inúmeros desafetos e concorrentes. Conhecido pelos seus colaboradores como uma pessoa cruel em seus métodos, é igualmente respeitado pelas suas decisões consideradas justas pela grande maioria dos membros da organização criminosa. Quando Felipe completou 14 anos, promoveu uma cerimônia para iniciá-lo nas suas atividades empresariais. O diálogo sobre como Felipe seria um excelente líder na facção sempre esteve presente na relação entre Rafael e Luisa, já que essa perspectiva trazia alegria e orgulho para ambos.

Na escola, Felipe liderava um grupo de adolescentes muito peculiar. Portando armas brancas, gostavam de amedrontar os demais estudantes e professores pelo simples prazer de observar as expressões de pavor que causavam. Cedo, ele aprendeu que bastava mostrar a lâmina da arma que portava, que as pessoas começavam a obedecer às suas sugestões e aos seus comandos. O comportamento violento que apresentava naquele ambiente escolar era muito diferente da relação amorosa e tranquila que mantinha em casa. Passava longas e prazerosas horas em conversas com seu pai sobre como obter ascendência sobre os demais colegas na escola, nas quais recebia orientações detalhadas acerca do efeito do medo e sobre como instilar essa emoção é uma estratégia fundamental para exercer controle sobre as pessoas.

Considerando o conteúdo dessa vinheta, poderíamos perguntar: seria essa uma família estruturada? Estruturada para o que? Apesar de hipotético, o exemplo acima já serviu de enredo para diversas produções cinematográficas, não sendo absurdo acreditar que ocorra na realidade. Devido à reconfiguração que fazemos em nosso sistema

normativo, que se altera de acordo com os ambientes e com as relações interpessoais estabelecidas, é possível que alguém seja violento em um contexto e não violento em outro. É o caso dessa família.

Entretanto, o processo educacional informal familiar orienta Felipe para ser cruel e abusivo em sua escola. Desperta, também, orgulho em Luisa pelas conquistas de Rafael, por causa do sucesso em seus empreendimentos criminosos. Esses aparentes paradoxos morais só existem para um observador externo à família, quando analisa todo o contexto do ecossistema cultural. Internamente, essa família poderia ser considerada muito bem estruturada, se considerados os padrões que estamos questionando em nossa argumentação. Então, **muito mais importante do que uma suposta “estrutura” é o conteúdo e o propósito das trocas simbólicas que ocorrem no ambiente familiar.**

Nesse contexto, defendemos que existem outras questões mais relevantes e gerais do que a suposta “desestruturação” familiar para influenciar o comportamento de crianças e adolescentes, incluindo a **aceleração social**, ambientes **ansio gênicos** e a **manipulação cibernética digital**, entre diversas outras, que podem influir decisivamente para as expressões de violência, o que passaremos a apresentar a partir de agora.

6 COMO A FALTA DE TEMPO, PARA A FAMÍLIA, PODE ESTAR ASSOCIADA À VIOLÊNCIA?

A aceleração social impacta profundamente as famílias, referindo-se ao ritmo crescente das mudanças sociais e seus efeitos sobre indivíduos e sociedades (ROSA, 2013). Este fenômeno tem aumentado a ansiedade, já que a velocidade das mudanças frequentemente supera a capacidade individual de adaptação.

Dois principais fatores impulsionam essa aceleração: (1) a diferença entre a velocidade da informação digital e os processos naturais humanos; e (2) a ganância corporativa que busca monetizar conteúdos através de sistemas cibernéticos digitais. Esses sistemas, segundo Novikov (2015), recebem, armazenam e processam informações, utilizando-as para fornecer feedback ou controle, refinando suas respostas às interações humanas.

Os efeitos psicológicos da aceleração social e da interação com sistemas cibernéticos digitais incluem:

O aumento de: (1) níveis de estresse, ansiedade e depressão; (2) necessidade de competitividade; (3) problemas de atenção; (4) sen-

so de urgência; (5) risco de esgotamento (burnout); (6) percepção de isolamento; e (7) medo de perda.

A diminuição de: (1) empatia; (2) capacidade de criar e manter as conexões sociais não-virtuais; e (3) habilidades para manter relacionamentos significativos.

Esses impactos demonstram a importância de se prestar atenção à aceleração social. A produção de conhecimento sobre o tema está crescendo, visando entender melhor as influências da redução do ciclo de apresentação de conteúdo nas mídias sociais sobre o comportamento humano.

A ganância é um valor central na aceleração social, especialmente nas mídias sociais, onde a monetização ocorre pela redução do ciclo de apresentação de anúncios. Redes sociais lucram mais apresentando mais anúncios, pagos por exibição, independentemente da interação do usuário. Esse processo não é transparente e gera uma percepção de urgência devido à repetição frequente de informações.

A relevância das redes sociais está em estimular um “maior nível de engajamento” com o conteúdo, promovendo compartilhamentos rápidos e respostas imediatas, o que aumenta a aceleração social. As empresas não divulgam a quantidade de anúncios veiculados ou sua eficácia, mostrando falta de transparência no processo. A presença de inteligências artificiais em sistemas cibernéticos digitais aumenta a complexidade da simulação de interações humanas, tornando inviável a competição com esses sistemas, que são mais rápidos, persistentes e ubíquos. No futuro próximo, estarão conectados ao nosso corpo e até ao nosso Sistema Nervoso Central.

Este panorama revela como o ecossistema cultural afeta diretamente o psiquismo humano e os grupos mais próximos, como a família. A interação com dispositivos eletrônicos, que servem de interface com sistemas cibernéticos digitais, provoca efeitos significativos, influenciando as interações familiares e exacerbando ansiedade, isolamento e falta de tempo para interações no mundo real.

A aceleração social e a falta de tempo para o convívio afetam negativamente a dinâmica familiar. A aceleração modifica a percepção do tempo psicológico, que era regulada por referenciais naturais antes da tecnologia assumir esse papel. Essa nova percepção do tempo está correlacionada com estados emocionais que afetam a interação interpessoal (PIRES, 2023c).

A disponibilização de novas tecnologias que promovem o consumo acelerado de conteúdo afeta processos psicológicos e emocionais, criando novos desafios para as famílias. Antes da invenção dos dispo-

sitivos eletrônicos, as sociedades regulavam o tempo com base em referências naturais. Nesse contexto, a pesquisa em Psicologia estuda a percepção do tempo e como elementos naturais e tecnológicos regulam essa percepção. Tapia et al. (2022), por exemplo, sugere que o envelhecimento acelera a percepção do tempo devido às mudanças corporais.

As pessoas frequentemente se surpreendem com o tempo gasto em redes sociais ou aplicativos (RASMUSSEN, 2022). Sistemas cibernéticos digitais, com suas habilidades avançadas e adaptativas, se tornaram uma extensão das capacidades biológicas e do self humano (HSU; ELLIOTT, 2015; ROSS; BAYER, 2021). Esse avanço tecnológico levou a pesquisas no campo pós-digital (HYLAND; LEWIS, 2022).

O desenvolvimento tecnológico diversificou os sistemas cibernéticos digitais disponíveis. A Universidade de Edimburgo está considerando enfatizar estudos pós-digitais, conforme mostram Bayne e Jandric (2017). Os dispositivos eletrônicos e sistemas cibernéticos digitais oferecem benefícios pessoais e educacionais, com informações mais dinâmicas, abundantes e distribuídas (Singh e Shama, 2018). A ubiquidade da informação acessada por dispositivos móveis também proporciona mobilidade e verificação de fatos em qualquer lugar com internet.

Entretanto, apesar dos benefícios, a popularização das redes sociais e do consumo de informação impacta as emoções, um sistema regulador crucial para a capacidade de decisão, tema que apresentaremos a seguir.

7 OS IMPACTOS EMOCIONAIS DA INTERAÇÃO COM SISTEMAS CIBERNÉTICOS DIGITAIS

No que diz respeito aos sistemas cibernéticos digitais e aos dispositivos móveis, neste trabalho vamos considerar que são apenas os meios pelo qual uma pessoa tem acesso ao conteúdo e a outras formas de interação com os mencionados sistemas. Apesar de outros papéis que esses dispositivos possam desempenhar, nosso propósito é mostrar que a aceleração pela interação com os sistemas se desdobra nos processos psicológicos emocionais e influencia, de múltiplas formas, as atividades familiares e o processo decisório humano.

A demanda por realizar mais atividades em menos tempo leva os consumidores de conteúdo a acelerar seus processos de interação (SINGH; SHAMA, 2018). Isso resulta em comportamentos como ouvir áudios e assistir vídeos em velocidades aumentadas. Inicialmente

vista como um fenômeno cognitivo, a aceleração social também afeta processos emocionais (ROSA, 2013).

Vahedi e Saiphoo (2018) conduziram uma metanálise de 37 estudos, encontrando uma correlação positiva entre o uso de smartphones e o aumento da ansiedade. Esse consumo acelerado de conteúdo afeta não só processos cognitivos, mas também emocionais, impactando a qualidade das interações humanas. Além de alterações comportamentais, ocorrem mudanças na produção de significados e sentidos. Estudos indicam que a interação com sistemas cibernéticos digitais resulta em: (1) aumento da ansiedade (VAHEDI; SAIPHOO, 2018); (2) diminuição da capacidade de atenção (KLIMOVA, 2019); (3) redução do interesse por temas menos atraentes (LUO; KAO; LIAO, 2019); e (4) preferência por conteúdos de entretenimento (SINGH; SHAMA, 2018).

Focando na ansiedade, esta se desdobra de formas diversas e negativas dentro das famílias, muitas vezes associada ao medo. Paul Ekman (1984, 2018) distingue medo e ansiedade: o medo é uma resposta a uma ameaça específica e conhecida, preparando o indivíduo para ação e geralmente é de curta duração. A ansiedade, por outro lado, é um estado de mal-estar relacionado à incerteza do futuro, podendo durar dias, semanas ou meses.

A relevância de analisar os efeitos da ansiedade, derivada da aceleração social e da manipulação digital, está nas severas alterações que ela causa na percepção humana. Lynn e colaboradores (2018) demonstram que indivíduos com transtorno de ansiedade tendem a interpretar eventos sociais negativamente. Em uma sociedade que promove estados de ansiedade, as decisões das pessoas são afetadas por esse viés de negatividade, aumentando a probabilidade de conflitos.

No Brasil, estudos sobre os efeitos da ansiedade nas famílias e escolas são escassos (CAÍRES; SHIONOHARA, 2010; JATOBÁ; BASTOS, 2007; SANTANA; CERQUEIRA-SANTOS, 2014; SANTOS, 2017). Contudo, é possível inferir que famílias com altos níveis de ansiedade experimentam alterações nas trocas simbólicas, com interpretações mais negativas. Compreender como esses elementos influenciam negativamente o processo decisório e promovem violência ou preconceito na escola é um grande desafio.

Então, a compreensão sobre como todos esses elementos colaboram para influenciar, negativamente, o nosso processo decisório, indistintamente, para enfrentar ou promover a violência ou os preconceitos na escola, é um grande desafio para nós, o que apresentaremos a seguir.

8 COMO AS FAMÍLIAS PODEM ESTAR RELACIONADAS À DISSEMINAÇÃO DE PRECONCEITOS OU AO SEU ENFRENTAMENTO?

Vamos começar a exposição com um exemplo ilustrativo da sutil dinâmica de trocas simbólicas na família. Considere uma família hipotética em que a mãe internalizou a grande importância do serviço prestado pela mulher à sua comunidade familiar. Todos nós já conhecemos pessoas assim, cuja comida é saborosa e não nos deixa sequer nos aproximarmos do fogão. Após as refeições, não aceita ajuda para a limpeza dos utensílios e promove que as demais pessoas desenvolvam atividades de entretenimento enquanto ela realiza todo trabalho doméstico. Tal pessoa, a despeito do carinho e amor que pretende demonstrar com tais gestos, promove a difusão de crenças e valores de que os homens, por exemplo, não devem se envolver nas tarefas domésticas, o que pode contribuir para a difusão do machismo naquela hipotética família.

Os meninos da família, por exemplo, nunca testemunhando a participação masculina nas atividades de preparação da comida ou de limpeza, podem internalizar crenças de que, no futuro, também não devem se envolver nessas atividades. As meninas, por outro lado, podem internalizar a crença de que a cozinha e a limpeza são atividades a serem desempenhadas exclusivamente pelas mulheres, posição que será mais difícil de ser desconstruída no futuro.

Estão, a partir desse simplificado exemplo podemos ver como, não-conscientemente, em meio às **melhores intenções, crenças e valores preconceituosos podem ser promovidos**. De igual maneira, a família, que traz à conversa familiar as questões dos preconceitos, está mais atenta às suas próprias práticas em relação aos diversos temas que são alvos da construção de crenças e valores preconceituosos tais como: sexismo, racismo, xenofobia, gordofobia, entre muitos outros.

No entanto, apenas falar sobre os preconceitos não é suficiente. Sem dúvida é um passo importante, mas devido ao elevado conteúdo emocional a eles entrelaçado, é necessário utilizar alguma **estratégia vivencial** para, igualmente, mobilizar as emoções nesse processo. Não é à toa que existe o conhecido ditado “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”. Essa é uma indicação clara da sabedoria popular para que prestemos atenção às práticas sócias e individuais, se quisermos chegar às crenças e valores que as orientam, segundo Pires e Branco nos mostram (2023a, 2023b).

Imaginemos os efeitos da aceleração social e da manipulação cibernética digital em todos esses sutis processos, mas importantes no contexto das decisões que tomamos e para a forma como nos comportamos. É sobre isso que trataremos a seguir ao abordarmos como todos esses elementos se apresentam como desafios para as famílias brasileiras.

9 O PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO DE CRENÇAS E VALORES É REVERSÍVEL?

A resposta à pergunta que inspira essa seção é afirmativa. Ao longo desse estudo, descrevemos, detalhadamente, como as crenças e valores são internalizadas, independentemente do seu conteúdo. Descrevemos, também, como elas guiam o nosso processo decisório, o que está na base de todo o comportamento intencional.

Mostramos como as crenças e valores se distinguem dos demais elementos semióticos que servem de base para o nosso pensamento. O seu entrelaçamento com as emoções os coloca em uma posição de destaque para criar um sistema de valências quando certos valores entram em conflito no processo decisório.

Exemplificamos como a internalização se dá e que as crenças e valores não têm, necessariamente, um apoio na realidade, o que pode estar na raiz dos preconceitos mais absurdos. Mas também mostramos como esse processo pode ser revertido, pois permanece o mesmo ao longo da existência de uma pessoa.

Então, por meio da mediação verbal, de vivências emocionais e de canalizações culturais¹ (PIRES, 2023b) prossociais, é possível alterar um cenário em que crenças e valores preconceituosos vêm orientando as decisões e o comportamento de alguém.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é uma instituição fundamental que desempenha um papel crucial no desenvolvimento humano e na troca de crenças, valores e laços afetivos. É nesse ambiente que aprendemos a ser parte de um grupo e a nos relacionar com seus membros. As trocas simbólicas den-

1 Canalização cultural é uma expressão que encerra um significado complexo sobre como as práticas sociais orientam o comportamento humano de forma poderosa, sugerindo as crenças e valores sociais que servem para a sua base (VALSINER, 2012).

tro da família, por meio de gestos, palavras, rituais e práticas coletivas, são essenciais para construir identidades individuais e coletivas.

A expressão “família desestruturada” é comumente usada para descrever famílias com dificuldades de comunicação, vínculos afetivos frágeis ou conflitos constantes. No entanto, essa expressão pode ser inadequada por carregar julgamentos morais e estereotipados, especialmente quando consideradas as pressões da aceleração social e a diversidade de suas possíveis configurações.

A aceleração social, caracterizada pela intensificação do ritmo de vida e a pressão para acompanhar demandas modernas, pode reduzir a qualidade do tempo em família, levar ao distanciamento emocional e até estar associada a situações de violência doméstica. A interação individual com sistemas cibernéticos digitais também impacta emocionalmente as famílias, pois a dependência dessas tecnologias pode levar ao isolamento emocional e à diminuição da interação face a face, prejudicando os vínculos familiares.

As famílias desempenham um papel ambíguo na disseminação ou enfrentamento de preconceitos. A orientação sobre valores pode tanto perpetuar estereótipos quanto promover a tolerância e o respeito à diversidade.

Para enfrentar os desafios da aceleração social e da manipulação cibernética digital, as famílias precisam desenvolver estratégias para equilibrar o tempo entre demandas externas e necessidades internas. Estabelecer limites saudáveis no uso das tecnologias é essencial para promover uma interação equilibrada entre o mundo digital e o convívio familiar.

A família, como ambiente de aprendizado e desenvolvimento emocional, enfrenta desafios significativos, mas também possui o potencial de superar obstáculos através do diálogo, da educação digital e do fortalecimento dos laços afetivos. Os processos negativos gerados pela aceleração social e pela manipulação digital podem ser revertidos, permitindo que as famílias promovam um ambiente saudável e resiliente.

REFERÊNCIAS

BAYNE, Sian; JANDRIĆ, Petar. From anthropocentric humanism to critical posthumanism in digital education. **Knowledge Cultures**, v. 5, n. 2, p. 197, 2017. https://doi.org/10.1007/978-94-6351-077-6_9

BOAS, Franz. **Race, Language and Culture**. Nova York: Macmillan, 1940.

BRANCO, Angela U. Values, education and human development: the major role of social interactions' quality within classroom cultural contexts. In: BRANCO, Angela U.; LOPES-DE-OLIVEIRA, Maria Cláudia, S. (eds.). **Alte-
rity, Values, and Socialization**. Cham, Springer, p. 31-50, 2018.

BRONFENBRENNER, Urie. **Ecological systems theory**. Jessica Kingsley Publishers, 1992.

BRONFENBRENNER, Urie. Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. **Developmental psychology**, v. 22, n. 6, p. 723, 1986.

CAÍRES, Monique Cabral; SHINOHARA, Helene. Transtornos de ansiedade na criança: um olhar nas comunidades. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 6, n. 1, p. 62-84, 2010.

CARDOSO, Alexandra Sombrio *et al.* Representações sociais da família na contemporaneidade: uma revisão integrativa. **Pensando famílias**, v. 24, n. 1, p. 29-44, 2020.

DA SILVA, Ana Claudia Pinto *et al.* Efeitos da pandemia da COVID-19 e suas repercussões no desenvolvimento infantil: Uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. e50810414320-e50810414320, 2021. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.14320>

DE OLIVEIRA COSTA, Florença Ávila; MARRA, Marlene Magnabosco. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 21, n. 1, p. 141-156, 2013.

DE OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista; FERREIRA, Diego Raone; COIMBRA, Renata Maria. A relação família e escola na aprendizagem escolar: que escola, qual família?. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 6, n. 1, 2016.

EKMAN, Paul. **Atlas of Emotion**. 2018.

EKMAN, Paul. Expression and the nature of emotion. **Approaches to Emotion**, v. 3, n. 19, p. 344, 1984.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GONÇALVES, Josiane Peres; EGGERT, Edla. Estruturadas X desestruturadas: percepções de família entre profissionais da educação. **Revista Educação em Questão**, v. 57, n. 54, 2019.

HSU, Eric L.; ELLIOTT, Anthony. Social acceleration theory and the self. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 45, n. 4, p. 397-418, 2015.

HYLAND, Peter; LEWIS, Tyson E. **Studious Drift: movements and protocols for a postdigital education**. University of Minnesota Press, 2022. <https://doi.org/10.5749/9781452968124>

JATOBÁ, J. V. N.; BASTOS, O. Depressão e ansiedade em adolescentes de escolas públicas e privadas. **Jornal Brasileiro Psiquiatria**, 56(3): 171-179, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/qq3wL-VwDfBpnZW9chB6wBtG/abstract/?lang=pt#>

KLIMOVA, Blanka. Impact of mobile learning on students' achievement results. **Education Sciences**, v. 9, n. 2, p. 90, 2019. <https://doi.org/10.3390/educsci9020090>

LOBO, Andrea; CARDOSO, Maria Eduarda. “Em nome da família brasileira”: sobre políticas de governo,(re) produção de elites e disputas narrativas. **Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia**, 2021. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2021.i53.a50111>

LUO, Yu-Jy; KAO, Chun-Chieh; LIAO, Chun-Chin. Impact of smartphone usage on physical education scores and learning motivation. **International Journal of Learning and Teaching**, v. 5, p. 50-53, 2019. <https://doi.org/10.18178/ijlt.5.1.50-53>

LYNN, Spencer K. *et al.* Associations between feelings of social anxiety and emotion perception. **Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry**, v. 59, p. 40-47, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.jbtep.2017.10.001>

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família contemporânea e proteção social: notas sobre o contexto brasileiro. In FÁVERO, E.T. **Famílias na cena contemporânea:(des) proteção social,(des)igualdades e judicialização**, p. 23-44, 2020. <https://doi.org/10.29388/978-65-86678-28-4-0-f.23-44>

MIRIM, Amir. **Familialística A Ciência da Família**. Clube de Autores, 2019.

NOVIKOV, Dmitriï Aleksandrovich. **Cybernetics: from past to future**. Cham: Springer, 2015.

PIRES, Sergio Fernandes Senna. Desvendando caminhos: uma perspectiva integrada na Psicologia Cultural e na Teoria Cognitivo-Comportamental sobre a violência e o preconceito. In J.R.S. Silva (Org.), **Pesquisas e estudos em Psicologia: ciência, profissão e ensino** (pp. 55-74). São Paulo: Bagai, 2024. <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-348-8.26.02.24>

PIRES, Sergio Fernandes Senna. Enfrentamento sustentável e integral à violência e aos preconceitos na escola: um desafio complexo, mas viável. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 07, p. 8012-8038, 2023a. https://doi.org/10.56083/rcv3n7_036

PIRES, Sergio Fernandes Senna. Psicologia Cultural: uma poderosa abordagem para a compreensão dos fenômenos humanos complexos. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 11, p. 19896-19920, 2023b. <https://doi.org/10.56083/rcv3n11-004>

PIRES, Sergio Fernandes Senna. Aceleração da vida e qualidade do ensino: desafios para uma educação moderna. In: Viviane Brás dos Santos; Ana Cecilia dos Reis; Maria Iraídes da Silva Barreto. (Org.). **Caminhos da Educação – debates e desafios contemporâneos**: Volume 5. 1ed. São Paulo: Dialética, 2023c, v. 5, p. 223-248. <https://doi.org/10.48021/978-65-252-7510-9-c11>

PIRES, Sergio Fernandes Senna. **Protagonismo infantil e a promoção da cultura de paz: um estudo sociocultural construtivista**. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2865>.

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela Uchoa. Protagonismo como valor estruturante: Enfrentando a invisibilidade infantojuvenil na escola. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 36, n. 2, p. e23035-e23035, 2023a. <https://doi.org/10.21814/rpe.27217>

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela Uchoa. Transformação cultural nas escolas para promoção da paz. In: SENA, Denise Pereira Alves. (Org.). **Estudos atuais em Psicologia e Sociedade**. São Paulo: Dialética, v.6, 2023b, p. 205-225. <https://doi.org/10.48021/978-65-252-7616-8-c10>

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela. Protagonismo infantil no contexto escolar: cultura, self e autonomia na construção da paz. In: BRANCO, A.U.; LOPES-DE-OLIVEIRA, M.C.S. (Orgs.). **Diversidade e cultura da paz na escola**. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 347-370.

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela. Cultura, self e autonomia: bases para o protagonismo infantil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.24, p. 415-421, 2008. <https://doi.org/10.1590/s0102-37722008000400004>

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela. Protagonismo infantil: co-construindo significados em meio às práticas sociais. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 17, p. 311-320, 2007. <https://doi.org/10.1590/s0103-863x2007000300002>

RASMUSSEN, Maria A. *et al.* Is Time on Smartphones Well Spent? **Interacting with Computers**, 2022. <https://doi.org/10.1093/iwc/iwac003>

ROSA, Hartmut. **Social acceleration**. Columbia University Press, 2013.

ROSS, Morgan Q.; BAYER, Joseph B. Explicating self-phones: Dimensions and correlates of smartphone self-extension. **Mobile Media & Communication**, v. 9, n. 3, p. 488-512, 2021. <https://doi.org/10.1177/2050157920980508>

SANTANA, Mariana Valadares de Macedo; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Avaliação de ansiedade infanto-juvenil e sua relação com o clima familiar e escolar. **Revista Subjetividades**, v. 14, n. 1, p. 141-151, 2014.

SANTOS, Jacqueline Oliveira dos. **A percepção dos professores frente à ansiedade infantil: uma visão psicopedagógica**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Psicopedagogia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. 2017.

SARAIVA-JUNGES, Lisiane Alvim; WAGNER, Adriana. Os estudos sobre a relação família-escola no Brasil: uma revisão sistemática. **Educação**, v. 39, n. Esp, p. s114-s124, 2016. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2016.s.21333>

SINGH, Manvin K.K.; SAMAH, Narina A. Impact of smartphone: A review on positive and negative effects on students. **Asian Social Science**, v. 14, n. 11, p. 83-89, 2018. <https://doi.org/10.5539/ass.v14n11p83>

TAPIA, Jose L.; ROCABADO, Francisco; DUÑABEITIA, Jon Andoni. Cognitive estimation of speed, movement and time across the lifespan. 2022. <https://doi.org/10.31083/j.jin2101010>

VAHEDI, Zahra; SAIPHOO, Alyssa. The association between smartphone use, stress, and anxiety: A meta-analytic review. **Stress and Health**, v. 34, n. 3, p. 347-358, 2018. <https://doi.org/10.1002/smi.2805>

VALSINER, J. **Fundamentos da psicologia cultural: Mundos da mente, mundos da vida**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VALSINER, Jaan. **An invitation to cultural psychology**. London: Sage, 2014. <https://doi.org/10.4135/9781473905986>

VALSINER, Jaan. The promoter sign: Developmental transformation within the structure of dialogical self. In: MARSICO, G. **Beyond the mind: Cultural dynamics of the Psyche**. Information Age Publishing, 2018. p. 123-146.

VALSINER, Jaan. **General Human Psychology**. Cham: Springer, 2021. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-75851-6>

VALSINER, Jaan; VAN DER VEER, René. **The social mind: Construction of the idea**. Cambridge University Press, 2000.

VIGOTSKI, Lev. Semionovitch. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VISINTIN, Carlos Del Negro; AIELLO-VAISBERG, Tânia Maria José. Motherhood and social suffering in Brazilian mommy blogs. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 19, n. 2, 2017.

WIECZORKIEWICZ, Alessandra Krauss; BAADE, Joel Haroldo. Família e escola como instituições sociais fundamentais no processo de socialização e preparação para a vivência em sociedade. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 20, p. 1-6, 2020.

XU, Shuangshuang; WU, Aruna; LI, Xiaowen. Jaan Valsiner, a Keen Perceiver and Creator of Cultural Ecology. In: WAGONER B.; CHRISTENSEN B.A.; DEMUTH C. (Eds.). **Culture as Process: A Tribute to Jaan Valsiner**, p. 327-335, 2021. https://doi.org/10.1007/978-3-030-77892-7_29